



A FESTANÇA DA GOCIL, OS SALÁRIOS ATRASADOS E A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Exposec 2024, São Paulo, junho 2024

Entre os dias 04 a 06 deste mês visitamos em São Paulo a Exposec 2024, uma feira internacional de segurança promovida pela Abese – associação nacional que reúne as empresas de segurança eletrônica, com presença maior (nacional e internacional) de produtos e serviços de segurança eletrônica e tecnologia, além de expositores da segurança pública, palestras e um pouco da segurança privada tradicional (empresas de segurança e vigilância).

O contato com o que existe de mais avançado no segmento de segurança eletrônica e novas tecnologias vale, sem dúvida, uma visita ao evento anual.

Das chamadas empresas de segurança privada tradicional anotamos, pelo menos, três presenças na feira: a Protege, a Security e a Gocil.

E foi a Gocil que nos chamou mais a atenção. A empresa montou dois grandes estandes de esquina (os mais caros), com recursos tecnológicos de primeira linha (leds, etc.) e fina decoração.

Nestes estandes a Gocil aparentemente não vendia quase nada de novo (produtos, serviços, etc.). O que vimos foi o staff da empresa e seus convidados vips numa festança, num regabofe daqueles.

Mas será que é a mesma Gocil que alega não ter como pagar (está escrito no pedido de Recuperação Judicial – RP) de verbas rescisórias, empréstimos bancários milionários a “continhas” de energia ou de padaria?

Será que é a mesma Gocil que desde o ano passado vem atrasando salários de trabalhadores e outros direitos trabalhistas em várias partes do país onde ainda mantém contrato?

Será que é a Gocil, seu dono e empresas do

grupo que recorreram a justiça de São Paulo no segundo semestre do ano passado alegando uma dívida (de contas como as citadas acima) de cerca de um bi e setecentos milhões pedindo Recuperação Judicial?

Será que é a Gocil que curiosamente tomou 600 milhões de empréstimo no BNB no ano passado e uma semana depois protocolou a RP na justiça? RP que alguns bancos (disseram isto no processo) desconfiam e chamam de fajuta, armação ou coisa do tipo?

Será que é a mesma Gocil e seu grupo que tirou dinheiro dos seus empregados para comprar fazendas de arroz, soja e milho no Maranhão e no Paraguai, para depois alegar dificuldade?

É, sim, a mesma Gocil da festança da Exposec. Com certeza debochando dos trabalhadores e dos seus credores.

Isto não pode ficar sem ser dito.

Por José Boaventura – Presidente da CNTV

GOCIL: ASSEMBLEIA DE CREDORES EM AGOSTO

Na manhã desta segunda-feira, 24 de junho, chegou na CNTV a informação da publicação do Edital com a convocação de Assembleia de Credores do Grupo Gocil para o próximo dia 27 de agosto, de forma virtual ou on-line.

Nos próximos dias voltaremos a falar sobre o tema, trazendo mais informações e orientações sobre a situação, bem como sobre procedimentos para quem tem crédito na Gocil, participação na Assembleia, proposta de pagamento contido no Plano de Recuperação, etc.

Os trabalhadores, em especial, podem e devem participar da Assembleia, devendo realizar credenciamento ou habilitação prévia. É seu direito participar.

Vamos analisar e comentar a proposta de Plano de Recuperação que será submetido a votação na Assembleia. O Plano apresentado pela empresa contém, por exemplo, a proposta de quanto e como pagar aos seus credores. Em outros casos de Recuperação Judicial, por exemplo, as empresas propuseram deságio ou redução do crédito do trabalhador em percentuais de 40%, 50% ou 60%.

Acompanhe com a CNTV e vamos combater juntos, o calote e os caloteiros.

José Boaventura – Presidente da CNTV - Junho/2024

SESSÃO SOLENE DIA DOS VIGILANTES



Sessão especial na camara dos vereadores, dia dos vigilantes

O Sindvigilantes Bahia participou no último dia 20 de junho, de uma Sessão Especial na Câmara Municipal de Salvador em comemoração ao Dia Nacional do Vigilante. O evento foi conduzido pela vereadora Marta Rodrigues e contou com a presença da categoria, autoridades e representantes sindicais.

Durante a sessão, a vereadora Marta Rodrigues destacou a importância do trabalho dos vigilantes e as lutas enfrentadas pela classe: “Os vigilantes desempenham um papel crucial na segurança de nossa cidade. É essencial que valorizemos e respeitemos esses profissionais, garantindo melhores condições de trabalho e segurança para todos.”

O presidente do Sindvigilantes Bahia, Paulo Brito, também fez uso da palavra, ressaltando a necessidade de melhorias nas condições de trabalho dos vigilantes, incluindo a

implementação do colete feminino e a situação dos trabalhadores da CHESF: “Estamos aqui para lutar pelos direitos de todos os vigilantes. A implementação do colete feminino é uma questão de respeito e dignidade para nossas colegas. Além disso, não podemos esquecer dos trabalhadores da CHESF que ainda aguardam por justiça e recontração. Nossa luta é contínua e não vamos desistir até que todas as demandas sejam atendidas.”

A sessão foi um momento de reconhecimento e reflexão sobre as batalhas diárias enfrentadas pelos vigilantes, destacando a importância de avanços nas políticas públicas que atendam às necessidades da categoria. O evento reforçou a união e a determinação do Sindvigilantes Bahia em continuar defendendo os direitos e a dignidade dos trabalhadores.

FONTE Sindvigilantes Bahia

SINDSEGUR COBRA CUMPRIMENTO DE CCT



Sindsegur reitera solicitação de providências à PRF/RN para solução de atraso salarial

O SINDSEGUR esteve presente na data de 19/06/2024, às 11h, na sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (SRPRF/RN), com o diretor jurídico Ivanildo Praxedes e a advogada do escritório RAM, Dra. Brena Monice. Oportunamente, por meio de novo ofício, reiteramos a solicitação de esclarecimentos e providências efetivas ao órgão, visando dar celeridade ao processo administrativo em curso, quanto ao atraso salarial recorrente por parte da empresa contratada Supremax.

Cabe salientar que, em resposta ao ofício encaminhado à empresa, esta justificou a inadimplência com os trabalhadores devido a duas notas em aberto, referentes aos meses de março e abril.

Deste modo, ressaltamos a todos os vigilantes lotados no citado contrato que estamos em constantes tratativas, com as medidas administrativas cabíveis, diretamente com a empresa e o órgão, buscando solucionar efetivamente a referida irregularidade.

FONTE SINDSEGUR

Projeto aprovado permite que vigilante inspecione imediações do imóvel sob guarda em caso de risco

Proposta ainda precisa ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e, depois, pelo Senado



O deputado Coronel Ulysses recomendou aprovar a proposta

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite às empresas de segurança inspecionarem as imediações do imóvel sob vigilância em casos de sinistro ou de possibilidade de dano ao local. As rondas devem ser limitadas a situações de risco.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Coronel Ulysses (União-AC), ao Projeto de Lei 5668/19, do deputado Albuquerque (Republicanos-RR). A proposta original permite que os seguranças privados realizem rondas em um raio de 200 metros do imóvel sob vigilância. O relator mudou a redação, limitando a ronda às imediações do imóvel, para evitar conflitos com a atuação dos agentes do sistema de segurança pública, como a Polícia Militar.

“O aperfeiçoamento da norma deve se dar por meio da definição objetiva das ações permitidas ao vigilante fora do perímetro do imóvel guarnecido, a fim de prevenir danos patrimoniais e pessoais no local sob vigilância privada”, afirmou Coronel Ulysses.

O projeto aprovado altera a Lei de Segurança Bancária.

Próximos passos

Ele será analisado agora, em caráter conclusivo, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Para virar lei, o projeto também precisa ser aprovado pelo Senado.

Reportagem – Janary Júnior

Edição – Rachel Librelon

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Seminário “Negociação coletiva nas cadeias globais de valor: devida diligência em direitos humanos e estratégias de ação sindical”

Palestrantes
Manoela Roland | Tatiana Sachs

 Auditório da Escola Dieese
Rua Aurora, 957
Santa Ifigênia, São Paulo

 11/07/2024,
das 9 às 12

Salve a data em sua agenda!
A programação será divulgada em breve!



Curtido por [vinisartorato](#) e outras pessoas
[dieese_online](#) O DIEESE, a [@brasil.fes](#) e o
[@instituto.lavoro](#) convidam para o seminário
'Negociação coletiva nas cadeias globais de valor:
devida diligência em direitos humanos e estratégias de
ação sindical'. O evento é presencial e será realizado
em 11 de julho, das 9h às 12h, no auditório da Escola
DIEESE, em São Paulo.

Inscrições gratuitas: https://sagu.dieese.org.br/competo/turmas_abertas  link no destaque Eventos

Comissão aprova garantia de segurança e higiene para trabalhador que atua em área externa

Proposta ainda será analisada por mais uma comissão da Câmara

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Flávia Morais, relatora da proposta na comissão

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou proposta que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para deixar claro que as normas de higiene e de segurança do trabalho também valem para empregados que exercem suas atividades em ambiente externo.

Foi aprovado o Projeto de Lei 6050/16, da deputada Erika Kokay (PT-DF), com emenda da relatora, deputada Flávia Morais (PDT-GO), que fez ajustes na redação do texto. A relatora concordou com a necessidade de deixar expressa na lei a obrigatoriedade

de o empregador garantir condições de trabalho seguras e saudáveis tanto dentro do estabelecimento quanto no ambiente externo.

Próximos passos

O texto segue para análise em caráter conclusivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Para se tornar lei, a proposta deve ser aprovada também pelo Senado.

Reportagem – Murilo Souza

Edição – Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Comissão aprova projeto que cria estatuto para guardas civis patrimoniais municipais

Ideia é padronizar a atividade em todo o País; proposta segue em análise na Câmara dos Deputados

Zeca Ribeiro/CâmaradosDeputados



para cargos semelhantes

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 502/24, do deputado Sargento Portugal (Pode-RJ), que institui o Estatuto Geral das Guardas Civis Patrimoniais Municipais, órgão municipal que faz a segurança de instalações públicas da cidade, como prédios de repartições, praças, hospitais e museus.

A proposta padroniza as competências, a formação e os salários dos trabalhadores dessas guardas civis. Os proventos, por exemplo, serão equivalentes a dois salários mínimos, acrescidos de adicionais, como o noturno (20%) e o de periculosidade (30%).

O texto estabelece ainda que:

- a Guarda Civil Patrimonial Municipal será criada por lei municipal, e subordinada ao prefeito;
- os guardas terão código de conduta

próprio, uniforme padrão, porte de arma de fogo e viaturas; e

- os guardas poderão ter outras funções, como auxiliar na segurança de eventos e autoridades, e apoiar as autoridades de trânsito (Detran e policiais).

O projeto determina ainda que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destine faixa exclusiva de frequência de rádio para os municípios que possuam Guarda Civil Patrimonial Municipal.

O relator, deputado Coronel Meira (PL-PE), apresentou parecer favorável ao texto. “De fato, a variedade de denominações e diferenças salariais para cargos que realizam funções similares ocasiona desentendimentos e precarização de direitos”, afirmou o parlamentar, ao defender a criação do estatuto.

A proposta não trata das guardas civis gerais, que continuam existindo com regras próprias (Estatuto Geral das Guardas Municipais, em vigor desde 2014).

Próximos passos

O PL 502/24 ainda será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e de CCJC. Para virar lei, a proposta também precisa ser aprovada pelo Senado.

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Marcelo Oliveira - Fonte: Agência
Câmara de Notícias

Professor da UFPR é indicado para Comitê de Liberdade Sindical da OIT

O governo brasileiro indicou, na última sexta-feira (14/6), Sandro Lunard Nicoladeli, professor de Direito do Trabalho na Universidade Federal do Paraná (UFPR), para representar o país no Comitê de Liberdade Sindical (CLS) da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



O CLS fiscaliza o cumprimento de convenções sobre livre organização sindical e direito de negociação coletiva. O professor será o primeiro brasileiro a integrar o comitê, criado em 1951. Ele terá três reuniões anuais na sede da OIT em Genebra, na Suíça, para analisar casos de violações à liberdade sindical.

A OIT é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada em questões trabalhistas e no cumprimento de normas internacionais sobre o tema.

Nos últimos 20 anos, Lunard fez diversos cursos sobre liberdade sindical e normas internacionais de trabalho. Sua tese de doutorado foi sobre liberdade sindical e normas da OIT.

Mestre e doutor em direito pela própria UFPR, o professor também é autor, tradutor e organizador de livros jurídicos na área trabalhistas e membro da Comissão de Direito Sindical da OAB-PR e do Conselho Federal da OAB.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Fonte: CONJUR

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF